

O PROBLEMA DA EDUCAÇÃO NA FILOSOFIA PRÁTICA DE BENEDICTUS DE SPINOZA¹

Carlos Wagner Benevides Gomes*

Resumo: Benedictus de Spinoza (1632-1677) não tratou sistematicamente o tema da educação nas suas obras filosóficas. No entanto, analisando suas teorias ética (liberdade), epistemológica (conhecimento) e psicológica (afeto), veremos que o autor se preocupou em alguns momentos com a educação enquanto formadora do indivíduo ativo e livre. Esta pesquisa tem como objetivo explicitar o problema da educação na ética do filósofo holandês a partir de uma abordagem ético-afetiva da educação. Ou seja, analisaremos, a partir da leitura investigativa dos textos *Ética*, e outros escritos como o *Tratado da Reforma da Inteligência*, indícios de que o pensador holandês pensou como educador. Conclui-se que, a partir dessa análise, Spinoza preocupou-se em formar e instruir os homens para serem mais potentes e livres a partir dos bons encontros, bem como, pelas experiências dos afetos ativos, como a alegria.

Palavras-Chave: Spinoza. Ética. Afetos. Filosofia. Educação.

THE PROBLEM OF EDUCATION IN PRACTICAL PHILOSOPHY OF BENEDICTUS DE SPINOZA

Abstract: Benedictus de Spinoza (1632-1677) didn't systematically address the subject of education in his philosophical works. However, analyzing his theories ethical (freedom), epistemological (knowledge) and psychological (affect), we will see that the author was concerned at times with education as a trainer of the active and free individual. This research aims to explain the problem of education in the ethics of the Dutch philosopher from an ethical-affective approach to education. That is, we will analyze, from the investigative reading of the texts *Ethics*, and other writings such as the *Treatise on the Emendation of the Intellect*, indications that the Dutch thinker thought as an educator. It is concluded that, based on this analysis, Spinoza was concerned with training and instructing men to be more powerful and free from good encounters, as well as through the experiences of active affects, such as joy.

Keywords: Spinoza. Ethics. Affects. Philosophy. Education.

¹ Este artigo acrescenta e desenvolve alguns argumentos de nossa pesquisa já publicada em GOMES, C. W. B. O Ensino ético dos afetos em Benedictus de Spinoza. In: *Revista Ideação*, Bahia, n. 35, Jan./ Jun. 2017, pp. 449-480.

* Doutorando em Filosofia – UFC; Bolsista da FUNCAP. Licenciando em Filosofia – UECE; Mestre em Filosofia – UFC; Bacharel em Filosofia – UECE; Membro do GT Benedictus de Spinoza – UECE. E-mail: wagnercarlos92@gmail.com.

INTRODUÇÃO:

A proposta principal deste artigo é explicitar um problema de filosofia da educação no pensamento de um seiscentista holandês: Benedictus de Spinoza (1632-1677). Assim, o fio condutor desta pesquisa é o seguinte: como abordar a educação ou uma proposta de pedagogia afetiva segundo uma filosofia prática que se fundamenta numa ontologia? Além disso, de que forma a leitura de Spinoza poderia nos ser útil hoje para uma educação mais conscientizadora e libertadora? Nossa tese é que à luz do pensamento spinozano, que mesmo não tratando de forma sistemática a educação, nos possibilite pensar a educação como um exercício de potências afirmadoras e libertadoras para os alunos. Ou seja, a partir da teoria dos afetos e da ética de Spinoza, podemos pensar num modelo de educação que promova bons encontros e bons afetos, como a alegria e o amor, e conhecimentos que sejam pertinentes com a prática do aluno.

Para isso, tomaremos como obra primária, a *Ética* (1677)² de Spinoza, além de outro escrito menor, o *Tratado da Reforma da Inteligência* (1677)³. Estas obras, publicadas postumamente, discutem questões ontológicas, epistemológicas e éticas. O pensador holandês caracteriza-se pelo conhecido “racionalismo absoluto”, embora com algumas ressalvas, pois analisando bem, sua filosofia concilia a necessidade de um rigor racional (seguir os ditames da razão) para conhecermos as coisas de forma clara e distinta, com nossas experiências afetivas (afetamos e somos afetados). Que dizer, seu racionalismo, diferentemente de seus predecessores (Descartes) não é algo abstrato e dogmático, mas dinâmico e realista ao considerar as paixões como importantes fatores para a aprendizagem e para a ação.

² Para a citação dessa obra, cuja tradução brasileira foi realizada pelo Grupo de Estudos Espinosanos (USP) e coordenada pela especialista spinozana Marilena Chaui, utilizamos a sigla E (*Ethica ordine geometrico demonstrata*) com as seguintes abreviaturas: Partes (E1, E2, E3, E4, etc.), Prefácio (Pref), Axiomas (Ax), Definição (Def), Proposição (P), Demonstração (D), Escólio (S), Corolários (C), Postulados (Post.), Definição dos Afetos (AD), Apêndice e capítulo (A1), etc. Exemplo de citação: E3P9S para *Ética*, Parte 3, proposição 9, escólio.

³ O *Tractatus de Intellectus Ementatione*, também traduzido com o título *Tratado da Correção do Intelecto*, pela edição de *Os Pensadores* da editora Abril Cultural na década de 70, com tradução de Carlos Lopes de Mattos, e também como *Tratado da Reforma da Inteligência* pelo pesquisador spinozano Lívio Teixeira, que aqui utilizamos em sua edição da Martins Fontes de 2004, por se tratar de uma tradução clássica. Na sua mais recente tradução brasileira de 2015, por Cristiano Novaes de Rezende, aparece com o título mais próximo ao latino, *Tratado da Emenda do Intelecto* pela editora da UNICAMP. Assim, para esse texto, utilizamos a seguinte sigla e abreviatura: TIE seguida do parágrafo com o algarismo arábico conforme a reconhecida numeração de Bruder. Exemplo de citação: TIE §7 = *Tratado da Reforma da Inteligência*, parágrafo 7.

Por consequência, nosso artigo tem como objetivo central estudar a educação a partir de uma análise detida sobre a epistemologia, a psicologia e a ética de Spinoza, mais precisamente, a partir de sua obra magna, a *Ética* (Partes II e III), que trata sobre os chamados gêneros de conhecimento e o *conatus*, ou o esforço do ser de perseverar na existência. Pois como veremos, estes conceitos serão pertinentes para aquilo que propomos. Assim, nossos objetivos específicos girarão em torno da compreensão desses temas, quais sejam, a discussão epistemológica dos gêneros de conhecimento e a psicologia spinozana, com a exposição da teoria dos afetos, o *conatus* ou potência. Com isso, relacionaremos a teoria dos afetos e do *conatus* de Spinoza com a proposta de uma educação movida por afetos ativos, estimulando o desejo de conhecer, a autonomia do agir e o pensamento livre, que são contrários a uma educação movida por afetos passivos.

Por fim, nosso artigo será exposto de forma objetiva e sistemática a partir de três tópicos. No primeiro, discutiremos o problema do conhecimento ou os chamados modos de percepção, que são fundamentais para compreendermos como Spinoza explica o complexo processo de aprendizagem, desde o conhecimento mais duvidoso e falso (imaginativo) ao mais racional e imediato (intuitivo). No segundo, apresentaremos a questão dos afetos e da potência humana. Por fim, no último tópico, abordaremos a proposta de uma pedagogia spinozana a partir dos afetos ativos, que proporcionam uma expansão da potência e da liberdade humana.

1. O problema do conhecimento na filosofia de Spinoza.

Antes de discutirmos o problema do conhecimento em Spinoza, faz-se necessário uma reflexão que contextualizará e guiará nossa discussão: De que forma podemos pensar a educação spinozana a partir de sua epistemologia? Qual a relação dessa área, apresentada na Parte II (*Da natureza e origem da mente*) da *Ética* de Spinoza com o estudo da educação? Poderíamos, a princípio, mostrar a relação intrínseca que há entre educação e teoria do conhecimento uma vez que, educar e aprender, embora sejam métodos diferentes, ambos têm um mesmo objeto de estudo: o conhecimento do indivíduo e de sua mediação com o mundo. Para Spinoza, nada mais fundamental do que conhecer o homem e a constituição de sua natureza a fim de darmos um passo inicial rumo a um esforço do saber. O que é o homem? Devemos observar que

o autor holandês sistematizou uma ontologia que tem como pilares os conceitos de substância ou Deus (ente absolutamente infinito e imanente), os atributos (a essência infinita de Deus) e os modos (as afecções de Deus). Defendendo uma realidade monista, Spinoza acredita, em um só plano de imanência, numa só realidade, Deus. O que somos? Modos de Deus, ou seja, fazemos parte de forma singular dessa unidade divina; somos produzidos por dois atributos de Deus, quais sejam, a extensão e o pensamento. Somos o que Spinoza chama de modo finito, quer dizer, uma coisa singular que não tem uma existência necessária, mas antes coagida e determinada a existir não por si mesma, mas por outra coisa.

Nosso autor ainda define mais: o homem é um indivíduo composto por vários corpúsculos. Assim somos dois modos finitos, a mente e o corpo, totalizando o sujeito como concebemos, que pensa e que tem um corpo que pode agir de várias maneiras. A mente e o corpo fazem parte de uma atividade simultânea, ou seja, não há uma hierarquia entre eles, pois a mente é ideia de seu corpo e este é objeto daquela. Isso torna impossível a separação entre mente e corpo por meio de algum argumento metafísico transcendente. Sabendo que o homem faz parte de uma singularidade nessa ontologia do necessário (a imanência da substância-Deus) e que ele é um indivíduo corpóreo e pensante, podemos dizer que ele também é um sujeito capaz de conhecer. O conhecimento é um dos principais objetos da *Ética* (Parte II) e de outras obras, como o inacabado *Tratado da Emenda do Intelecto* e o *Breve Tratado*⁴. Para Spinoza, devemos partir do que nos é conhecido naturalmente. Mais ainda, só podemos conhecer aquilo que é comum com a nossa natureza finita. Por isso que da infinidade de atributos que Deus possui, só conhecemos dois, a extensão e o pensamento, pois são apenas eles que constituem nossa natureza. O filósofo holandês nos fala de modos de percepção (*modi percipiendi*) para se referir aos gêneros de conhecimento humano. Entre a *Ética* e seus primeiros escritos (*Emenda do Intelecto* e *Breve Tratado*), temos uma evolução do pensamento spinozano sobre os tipos de conhecimento: primeiro, tratando-os como modos de percepção, depois como gêneros. Para Teixeira (2001, p. 26), “Assim, Espinosa examina os diversos modos de percepção sem ainda nada dizer sobre a maneira de empregar o melhor deles a fim de adquirir o conhecimento.”

⁴ Para esta obra, seguimos o seguinte modelo de citação: KV (*Korte Verhandeling*) seguida de sua Parte em algarismo romano e seus capítulos e parágrafos em algarismo arábico. Exemplo de citação: KVII/2/1 = *Breve Tratado*, Parte II, Capítulo 2 e parágrafo 1.

No *Tratado da Reforma da Inteligência*, os modos de percepção se dizem de quatro formas: 1) ouvir dizer (*ex auditu*), 2) experiência vaga (*experientia vaga*), 3) produto de um raciocínio (*ratio*) e 4) Intuição (*scientia intuitiva*) ou percepção da coisa pela sua essência. (TIE §19). A diferença entre o terceiro e o quarto é que aquele é dedutivo e este é uma visão imediata da verdade, sem dedução. Para o melhor modo de percepção, é necessário conhecer a natureza humana e as coisas. O primeiro modo nos proporciona apenas vagas abstrações tais como a linguagem que, para Spinoza, é apenas uma convenção, ou seja, estritas atribuições de natureza humana. Os modos relacionados à intuição são próximos do concreto, por isso ela é o melhor dos modos de percepção. A melhor percepção é a que se identifica com a realidade excluindo qualquer possibilidade de erro ou separação do concreto (abstração), que é pensar qualquer coisa fora da ordem universal das causas e efeitos. Spinoza também tratou dos modos de percepção, precisamente na Parte II do *Breve Tratado*, onde chama de opinião o que seria o primeiro e segundo modo no *Tratado da Reforma da Inteligência*: 1) Opinião, 2) Crença (racional) e 3) Conhecimento claro e distinto. Os dois primeiros são dedutivos, o último, intuitivo. Estes três modos são “causas próximas” de todos os afetos; são conceitos ou a consciência do conhecimento de nós e das coisas fora de nós, segundo o qual o primeiro modo leva ao erro, mas o segundo e o terceiro, ao verdadeiro. Spinoza classifica-os mais precisamente desta forma: “1. Simplesmente por crença (que provém ou da experiência ou do ouvir dizer). 2. Ou bem por uma verdadeira crença. 3. Ou bem por uma intelecção clara e distinta.” (KVII/1/2).

Por fim, temos os gêneros de conhecimento (*genero cognitionis*) na *Ética*. Os gêneros de conhecimento são modos de existência na medida em que constituem os tipos de consciência e de afetos que lhes correspondem. Spinoza descreve como se dá o processo, na Proposição 40 da Parte II da *Ética*, dos gêneros de conhecimento, a partir do momento em que nós percebemos muitas coisas e formamos noções universais, ou seja, noções gerais que constituem o conhecimento de primeiro gênero por meio da experiência vaga, como a ideia de homem, de cavalo, de cão, etc.:

Iº A partir de singulares, que nos são representados pelos sentidos de maneira mutilada, confusa e sem ordem para o intelecto [...], por esse motivo costumei chamar essas percepções de conhecimento por experiência vaga. IIº. A partir de signos, por exemplo, de que, ouvidas ou lidas certas palavras, nos recordamos das coisas e delas formamos ideias semelhantes àquelas pelas quais imaginamos as coisas. [Conhecimento de primeiro gênero: opinião ou imaginação]. IIIº.

Finalmente, porque temos noções comuns e ideias adequadas das propriedades das coisas [...] [Conhecimento de segundo gênero: Razão]. (E2P40S).

Enfim, temos, segundo Spinoza, um conhecimento de terceiro gênero: a Intuição (*scientia intuitiva*) que “[...] procede da ideia adequada da essência formal de alguns atributos de Deus para o conhecimento adequado da essência das coisas.” (ibid). Assim, podemos resumir os gêneros de conhecimento da seguinte forma: 1) Através da Imaginação (*imaginatio*), como um conjunto de ideias inadequadas (passivas); imagens confusas e obscuras da nossa experiência sensível. 2) A Razão (*ratio*) enquanto noções comuns (*notioni communis*), o que é comum a todos estando, igualmente, na parte e no todo, ou seja, suas leis necessárias e a consciência das relações de causas e efeitos. E, por fim, 3) a Intuição (*intuitione*), que é a ideia adequada (ativa) das coisas conhecendo sua natureza íntima pelas suas causas e efeitos necessários, ou seja, é a certeza intelectual que nos faz saber que sabemos. Assim, nas proposições 40 a 42 da Parte II da *Ética*, Spinoza conclui dizendo que o conhecimento de primeiro gênero (imaginativo) é a única causa de falsidade, enquanto o de segundo e o de terceiro (racional e intuitivo) são verdadeiros. E, por conseguinte, o conhecimento de segundo e de terceiro gênero nos ensinam a distinguir o verdadeiro do falso.

Em suma, a questão do conhecimento exposta acima nos conduzirá à ideia de uma educação afetiva (ativa e passiva), na medida em que, como vimos, Spinoza classificou aqueles tipos de conhecimentos que são verdadeiros (racional e intuitivo) ou falsos (imaginativos) para uma compreensão racional, clara e distinta acerca do homem e das coisas.

2. O problema dos afetos e da potência.

Na *Ética*, a teoria das paixões ou dos afetos em Spinoza apresenta-se, precisamente, na Parte III (*Da origem e natureza dos Afetos*). As primeiras definições dessa parte afirma que agimos quando estamos fundados numa causa adequada (*causa adaequata*); ao contrário, padecemos (pelas paixões), quando agimos fundados numa causa inadequada (*causa inadaequata*) ou parcial. Ou seja, na causa adequada agimos conscientes de nossas ações e conhecemos (pelo conhecimento racional e intuitivo) clara e distintamente os objetos externos, assim, somos autores de nós mesmos (*sui*

iuris). Contrariamente, na causa inadequada, agimos, mas passivos aos objetos externos dos quais temos um conhecimento (imaginativo) confuso e mutilado, portanto, somos alheios a eles (*alterius iuris*). Em seguida, temos a definição dos afetos, conceito chave nesse estudo da *Ética*: “[...] as afecções do corpo pelas quais a potência de agir do próprio corpo é aumentada ou diminuída, favorecida ou coibida, e simultaneamente as ideias dessas afecções.” (E3Def3). Os afetos, relacionados à causa adequada, são uma ação; caso contrário, uma paixão.

Segundo Spinoza (E3P7), “Cada coisa, o quanto está em suas forças, esforça-se para perseverar em seu ser.” Este esforço ficou conhecido como *conatus* que também expressa uma potência ou força interna do ser para existir, pensar e agir. Do latim *virtus*, derivado de *vis*, força, para Spinoza, Potência (*potentia*) e Virtude (*virtus*) são uma só e mesma coisa. Na Parte IV (*Da Servidão humana ou a Força dos Afetos*) da *Ética*, a potência é tratada como a própria essência do homem ou sua virtude que, enquanto tal, é uma parte finita da Potência infinita de Deus. Segundo Spinoza, o esforço referido apenas à mente chama-se vontade, mas o esforço referido à mente e ao corpo chama-se apetite. Logo, tanto o corpo como a Mente têm Potência (*conatus*), ou seja, o esforço para existir e para agir, e o esforço para pensar.

Os afetos primários, pela definição geral dos afetos da Parte III da *Ética*, são três: o Desejo, a Alegria e a Tristeza, que podem diminuir ou aumentar a potência: o Desejo (*cupiditas*) é a nossa essência. A alegria (*laetitia*) é uma paixão pela qual a mente passa a uma perfeição maior, pois aumenta a Potência; a tristeza (*tristitia*), por fim, é uma paixão pela qual a mente passa a uma perfeição menor, pois diminui a Potência. Por conseguinte, a alegria e a tristeza representam uma dicotomia afetiva, por exemplo, como afeto ativo e afeto passivo, que são responsáveis por aumentar ou diminuir nossa potência de agir. Na prática, nossa potência de pensar e de agir pode ser aumentada ou diminuída, por exemplo, com afetos ativos (alegres), como o amor, e com afetos passivos (tristes), como o ódio, representando uma afirmação ou negação de nossa natureza. Para Spinoza, somos afetados e afetamos vários outros corpos que compõem ou decompõem nossa natureza corpórea e psíquica segundo certos encontros (*occursus*) favoráveis ou desfavoráveis. É através do *conatus* que tanto o corpo como a mente humana se esforçam para perseverar na existência, buscando o que aumenta e evitando a

diminuição (pelas paixões tristes) de sua potência de agir e de pensar, a fim do homem obter tanto quanto possível sua autonomia e liberdade.

Portanto, pelo que vimos até aqui, podemos dizer que a epistemologia spinozana relaciona-se com sua teoria dos afetos na medida em que somos afetados por afetos alegres (que aumentam a potência), adquirindo um conhecimento verdadeiro e adequado (racional e intuitivo) ou quando somos afetados por afetos tristes (que diminuem a potência), adquirindo um conhecimento falso e inadequado (imaginativo). Assim, a forma ativa ou passiva como somos afetados e agimos (causa adequada ou inadequada) influencia na nossa capacidade de conhecer e de agir na realidade.

3. Pensando uma educação afetiva spinozana.

Segundo Spinoza (E4A9), “[...] em coisa alguma pode alguém mostrar mais sua destreza no engenho e na arte do que em educar [*educandis*] os homens para que vivam por fim sob o império próprio da razão.” Essa é uma das passagens de sua *Ética* que nos levam, sem dúvida, a inferir preocupações pedagógicas no pensamento de Spinoza, embora este não tenha dedicado nenhum tratado especificamente sobre educação.⁵ O tema pode não ter sido tratado com tanta importância como foi dada à metafísica, à ontologia e à epistemologia, mas o autor holandês deixa implícito nessas áreas filosóficas alguns problemas pedagógicos na medida em que temos a preocupação com a formação intelectual e social humana⁶.

Vale ressaltar que o estudo sobre educação em Spinoza é recente, sendo desenvolvido somente no século XX. O primeiro nessa empreitada foi o norte americano William Louis Rabenort, ao publicar seu *Spinoza como educador* (1911), onde faz uma leitura racionalista do pensador holandês, pois parte dos estudos acerca do

⁵ Sobre este problema, diz Abreu (2013, p. 9), “Seja como for, o patente déficit de empenho do pensador de Amsterdão em assuntos relativos à educação tem levado os estudiosos interessados no tema a procurar razões de origem biográfica e de ordem doutrinal para essa ausência.”

⁶ No *Tratado da Reforma da Inteligência*, por exemplo, o jovem Spinoza já demonstrara sua preocupação com a educação infantil, por exemplo, como um dos requisitos que atendesse ao que ele estava propondo naquela obra primeva, qual seja, a de uma emenda do intelecto a partir do nosso conhecimento verdadeiro das causas e da natureza. A partir do conhecimento da natureza ou Deus, nós fazemos parte de uma natureza maior (há uma participação de nossa mente com essa natureza) e com isso adquirimos uma verdadeira felicidade, o bem verdadeiro para Spinoza: “Eis, pois, o fim a que tendo: adquirir essa natureza e esforçar-me para que, comigo, muitos outros a adquiram; [...] (TIE §14), e em seguida, diz o pensador holandês (TIE §15, grifo nosso), “[...] deve-se dar atenção à Filosofia moral e também à *Doutrina da Educação das crianças*; [...].”

método, da ética e da política em Spinoza e infere uma aplicação pedagógica⁷. O livro de Rabenort tem como alvo os estudantes de educação, bem como, um trabalho voltado aos estudos de filosofia da educação. O autor norte americano propõe não apenas uma imagem alegórica de Spinoza enquanto um Educador, mas uma ideia de Spinoza como educador consistente e que possa ser trabalhada na prática educativa.

Posteriormente, considerado um dos primeiros intérpretes sobre educação em Spinoza depois de Rabenort, Adolfo Ravà⁸ em *La pedagogia de Spinoza* (1933)⁹ faz uma breve análise das obras *Ética*, *Tratado da Reforma da Inteligência* e *Tratado Político*, tirando delas lições pedagógicas. Segundo Ravà (2013, p. 262):

Entre os grandes filósofos Espinosa talvez seja aquele que se considera mais distante da pedagogia: na exposição de seu sistema não se costuma conferir nenhum lugar às ideias pedagógicas, e as histórias da pedagogia ou as enciclopédias e os dicionários pedagógicos sequer chegam a nomeá-lo.

Essa passagem já reflete aquilo que já pudemos constatar anteriormente, ou seja, que a rigor a filosofia de Spinoza não dedicou nenhuma obra sistemática e precisa sobre educação. No entanto, Ravà defende que sim, que o sistema spinozano reserva um lugar importante para a pedagogia, embora não tenha sido desenvolvido de forma adequada por conta, por exemplo, da brevidade da vida do autor da *Ética*.

Sobre as Partes III e IV da *Ética*, diz Ravà (2013, p. 265): “Trata-se portanto nessas duas partes de uma espécie de grandiosa pedagogia social em bases psicológicas.” Além disso, o pesquisador italiano analisa o capítulo 9 do Apêndice à *Ética* IV “no qual a obra do educador é inteiramente posta na base da vida em comum, desenvolvendo-se assim plenamente aquele caráter social da pedagogia.” (RAVÀ, 2013, p. 265). Como defendeu o próprio Spinoza, não há nada mais difícil e meritório que educar os homens para que se guiem pela razão.

⁷ “E desde que Spinoza não dá um tratamento sistemático ou explícito da educação, nossa tarefa envolve a construção da teoria da educação que está implicada na sua filosofia.” (RABENORT, 2018, p. 73).

⁸ Adolfo Ravà (1879-1957), estudioso italiano principalmente do pensamento kantiano e fichteano, foi um jurista, filósofo do direito e professor da Universidade de Pádua. Além de *A Pedagogia de Spinoza*⁸, também escreveu sobre Spinoza nos seguintes escritos: *A obra de Spinoza (Le opere di Spinoza)*, numa revista de filosofia de 1927, *Estudos sobre Spinoza e Fichte (Studi su Spinoza e Fichte)* em 1958, dentre outros artigos.

⁹ Publicado originalmente em 1933 pela *Septimana Spinozana. Acta Conventus Oecumenici in Memoriam Benedicti de Spinoza diei natalis trecentissimi Hagae Comitatus habiti*, Hagae Comitatus: Martinus Nijhoff, MCMXXXIII, pp.195-207.

Dos intérpretes da contemporaneidade sobre o problema da educação em Spinoza, podemos citar a estudiosa spinozana Juliana Merçon¹⁰. Como observou esta, “A associação entre as ideias de Spinoza e a educação não tem sido ampla ou significativamente explorada.” (MERÇON, 2009, p. 27). A pesquisadora mexicana queixa-se, por exemplo, que durante toda uma tradição uspiana (onde as pesquisas desenvolveram-se a partir de Marilena Chaui) no Brasil sobre os estudos spinozanos desde a década de 70, pouco se tenha discutido a questão da Educação em Spinoza. Com isso, mesmo que se tenham pesquisado isto, muitas destas pesquisas apontaram apenas para uma inferência forçosa, como se a educação estivesse implícita nas obras de Spinoza, além disso, não tiveram como objetivo “produzir novos sentidos com os instrumentos conceituais que Spinoza nos oferece.” (MERÇON, 2009, p. 28).

Todavia, antes de pensar a educação em Spinoza, devemos conhecer a relação da vida do autor holandês em concordância com seu próprio pensamento. Sabemos pelos seus biógrafos que Spinoza não chegou a diplomar-se em uma universidade. De família judia portuguesa refugiada da Espanha pela Inquisição da Igreja Católica, ele nasceu e esteve inserido numa Comunidade Judaica na Holanda. Participou no comércio com seu pai e mais tarde aprendera como ofício o polimento e a fabricação de lentes. Estudou latim e os clássicos latinos (Ovídio, Cícero, Sêneca, etc.) além de ter adquirido um vasto conhecimento científico de disciplinas como a química, a física e a geometria. De filosofia, Spinoza estudou, a partir de seu mestre Franciscus van den Enden (1602-1674), o cartesianismo e a partir de então seguiu seu próprio caminho filosófico. Publicou como primeira obra os *Princípios de Filosofia Cartesiana*, fruto de aulas particulares ao seu aluno Johannes Casearius (1642-1677).

Assim, poderíamos questionar: Spinoza foi também um professor? Em uma de suas correspondências¹¹ de 1673, por intermédio de Ludovico Fabritius, ele recebe o convite do Eleitor Palatino Carlos I Luís para que lecionasse na Universidade de

¹⁰ Juliana Merçon é uma professora mexicana titular do Instituto de Investigações em Educação da Universidade Veracruzana no México, atuando na área de Educação para a Sustentabilidade. Durante os últimos anos, tem se dedicado ao estudo de Educação na filosofia de Spinoza, como o livro *Aprendizado ético-afetivo: uma leitura spinozana da Educação*, de 2009.

¹¹ Para a citação das cartas trocadas por Spinoza, e que foram publicadas postumamente, utilizamos a seguinte abreviatura: Ep (*Epistolae*), seguida da sua numeração em algarismo arábico. Exemplo: Ep1 para Carta nº1.

Heidelberg¹². As condições seriam de que Spinoza não contrariasse as doutrinas religiosas estabelecidas. Entretanto, o pensador holandês não traiu sua dignidade filosófica e seu compromisso para com uma ideia segundo a qual Deus é imanente e não transcendente, como preza a religião judaico-cristã. Assim, negando o convite, ele decide que o seu livre filosofar deveria ser mantido, recusando o cargo entre outros motivos para não lhe prejudicar quanto às pesquisas filosóficas.¹³ Por conseguinte, Spinoza não ensinara publicamente, mas fizera vários discípulos formados por intelectuais e livres pensadores, políticos e cientistas de sua época pelo chamado *Collegium Spinozanum*¹⁴.

Desde então, atualmente, pesquisadores como Juliana Merçon têm inspirado muitos estudiosos à pesquisa sobre a educação em Spinoza, pois ela tem se preocupado com a filosofia de Spinoza, ausente de tratados sobre pedagogia, mas importante para pensar novas formas de um ensino ético com base na formação de indivíduos conscientes e livres. Para Spinoza, assim como Aristóteles, conhecer é conhecer pela causa e a causa primeira de todas as coisas seria Deus ou a substância absolutamente infinita, como vimos anteriormente. Por conseguinte, podemos conhecer adequadamente libertando-nos da falsidade, da intolerância, dos preconceitos e das superstições. Com isso, voltamos ao nosso problema central: como pensar numa proposta pedagógica a partir da teoria dos afetos de Spinoza? Ou melhor, como daí inferir uma possibilidade de uma educação mais potente no sentido spinozano, que envolva o maior número de bons encontros e bons afetos?

Para tanto, discutiremos, a partir de algumas contribuições teóricas de Merçon (2009), a retomada do problema dos afetos e da potência em Spinoza, tendo como proposta um ensino ético. Merçon se preocupou com o problema da transição do

¹² Como se encontra na referida carta: “O Sereníssimo Eleitor Palatino, meu graciosíssimo senhor, encarregava-me de vos pedir, a vós que ainda não conheço, mas que sois muito recomendado ao Príncipe, se vós estardes disposto a aceitar uma cátedra ordinária de filosofia em sua ilustre academia. Vós receberíeis a retribuição anual a que têm direito os professores ordinários. Em nenhum lugar encontrareis um Príncipe tão favorável aos gênios superiores, entre os quais ele vos situa. Tereis a maior latitude de filosofar, liberdade da qual o Príncipe acredita que não abusareis para não perturbar a religião oficialmente estabelecida [...]” (Ep47).

¹³ Para uma reflexão sobre a razão dessa recusa spinozana para o ensino na Universidade, no prefácio de Merçon (2009), diz o especialista spinozano Maurício Rocha: “O que equivale a dizer que uma filosofia, quando é professada, arrisca-se a entrar em contradição consigo mesma, desde que aceite ocupar um lugar no interior dos mecanismos de opressão que subordinam todas as coisas à alucinação coletiva que é própria da instituição, seus jogos de poder e de linguagem [...]. (MERÇON, 2009, p. 14).

¹⁴ Tratava-se do grupo dos Colegiantes, formado por estudiosos e discípulos como citados acima e que discutiam o pensamento e os escritos de Spinoza.

passional ao exercício da potência do intelecto e do poder de agir, ou seja, devir ético e ativação do desejo. A relação entre o aprendizado e a experiência do meio de aprendizagem da criança é o que denominou de “individuação cognitiva”. A educação seria um esforço conativo, pois a afirmação da nossa potência de agir aproxima-se dos objetivos visados pela educação ao buscar o bem comum. Tal aprendizado remete à ideia de um processo, trajeto ou esforço. O esforço (*conatus*) seria o desejo de conhecer e de ser livre dos educandos. Se na educação os alunos devem ser vistos, igualmente, como seres dotados de potências, assim é Spinoza em relação ao indivíduo. Conforme diz nosso filósofo: “[...] uma coisa qualquer [o homem, por exemplo], quer ela seja mais perfeita, quer menos, poderá sempre perseverar na existência com a mesma força pela qual começou a existir, de maneira que, nisso, todas são iguais.” (E4Pref). Assim, pensando em cada um como uma potência, nenhum educando é necessariamente superior ao outro, pois todos têm potências que são mais ou menos estimuladas dependendo de certos afetos, bem como, de suas experiências e encontros.

Considerando ainda uma pedagogia dos afetos, podemos pensar num aprendizado afetivo, diz Merçon (2009), enquanto um esforço contra as ilusões e as opressões que diminuem nossa potência de agir. Um aprendizado afetivo tendo em vista uma ética que se desenvolve como engajamento crítico contra os fatores imaginários que impedem o livre pensamento¹⁵.

A aprendizagem é uma arte voltada para o encontro de afetos alegres, ou seja, afetos ativos responsáveis por aumentar nossa potência, que nos proporcionam, a partir da inspiração e da formação de noções comuns, as experiências alegres. Para Merçon (2013), a educação em Spinoza deve ser pensada como um movimento do desejo, marcado tanto pelo pensamento ativo como passivo. A autora faz uma relação entre o desejar e o educar, pois o desejo leva ao interesse pelo conhecimento e pelo seu compartilhamento. A educação não deve operar somente com a razão (segundo gênero de conhecimento), pois o próprio ato de educar, com conversas, reflexões, artes e livros, por exemplo, opera com conhecimentos imaginativos (primeiro gênero de conhecimento). Assim, os processos imaginativos são também importantes ao

¹⁵ “O aprendizado afetivo como arte do encontro, isto é, como cultivo de um pensar e agir que nos coloque em arranjos vitalizantes, dos quais podemos derivar um entendimento mais efetivo de nossas relações com o mundo, pode ser concebido ainda como um processo de ativação do desejo.” (MERÇON, 2009, p.81).

fundamentarem “conteúdos e vivências socioculturais, heranças conceituais e ficções coletivas.” (MERÇON, 2009, p.54).

As etapas propostas por Merçon (2013) para entendermos uma relação entre a educação e Spinoza são: 1) o conhecimento do desejo, 2) o desejo de conhecer e 3) o desejo de compartilhar o conhecimento com os outros. Se retomarmos a noção de Desejo (*cupiditas*) na teoria dos afetos em Spinoza veremos que o desejo é um dos afetos primários sendo, portanto, a essência humana. Merçon (2009) parte de duas concepções do desejo: desejo ativo e desejo passivo. O desejo passivo seria o desconhecimento do corpo ou das causas que nos determinam; nosso esforço está centrado apenas nos objetos ou afetos tristes que diminuem nossa potência. Por sua vez, o desejo ativo é o conhecimento do corpo ou das causas (adequadas e inadequadas) que nos determinam; nosso esforço voltado para as nossas ações onde somos autônomos proporcionando afetos alegres e que aumentam nossa potência¹⁶.

Por conseguinte, uma educação spinozana, e antes de tudo ética, consistiria na capacidade tanto de promover afetos tristes se conservadora (passiva/heterônoma) como promover afetos alegres se também libertadora (ativa/autônoma). A educação pode ser passiva, principalmente, devido ao seu poder disciplinar como instituição que nos força, muitas vezes, a nos incorporarmos na sua normatividade corretora. A moral, por exemplo, é um dos poderes de uma educação tradicional, que coloca o útil de forma generalizada às noções de bem e de mal (valores absolutos criticados por Spinoza), ou seja, o julgamento, a proibição, a recompensa, o castigo, etc. Dessa forma, a educação gera, às vezes, restrições, mitos e ilusões. Mas Spinoza não propôs regras de agir (Moral), ao contrário, mostra os objetivos, no final da Parte II da *Ética*, de uma doutrina que reflete o agir (Ética) e a potência dos seres, pois a grande questão não é perguntar pelo que devemos fazer (dever-ser), mas o que podemos (poder-ser).

Numa perspectiva spinozana, os educandos, da infância à fase adulta, não podem ser reprimidos pelo medo e pela opressão de métodos pedagógicos tradicionais. A educação deve ter como fim não só a racionalidade, mas o incentivo e a liberdade para expandir este uso a partir de novas visões (em Spinoza, a intuição); uma educação

¹⁶ Assim definiu Spinoza o desejo ativo ou racional: “[...] o desejo que se origina da razão, isto é (pela Prop.13 da Parte 3), que é engendrado em nós enquanto agimos, é a própria essência ou natureza do homem enquanto concebida determinada a fazer o que é concebido adequadamente pela só essência do homem [...]” (SPINOZA, 2015, p. 473).

libertária¹⁷ que deve garantir a todos o acesso aos seus direitos e potências (na política spinozana, direito e potência são a mesma coisa) a fim de que todos vivam em concórdia. O sábio (*sapiens*), para Spinoza, é aquele que se dedica ao esforço de contribuir com a sociedade comum. A relação entre a ética e a educação exige que entendamos que aquela demole alguns poderes morais e métodos pedagógicos impotentes, como algumas restrições e obediências que impedem o aumento de nossas potências de pensar e agir livremente. A maioria dos métodos tem estimulado uma conduta passiva e heterônoma devido às prescrições e às normatizações. O método, muitas vezes, acaba tomando força própria, impossibilitando que os educandos pensem por si mesmos. Assim, não há método certo e preciso para fazer alguém pensar, pois o pensamento em si mesmo, parte do próprio pensar. Como diz Spinoza, no *Tratado da Reforma da Inteligência*, o método filosófico é reflexivo (uma ideia da ideia ou ideia verdadeira). Assim, o educador tem como papel utilizar suas forças e pensamentos ativos para estimular seus educandos, para que estes façam o mesmo, ou seja, reflitam e pensem por si mesmos.

CONCLUSÃO:

Pelo exposto acima, nosso problema acerca da educação na ética de Spinoza perpassou por algumas discussões, como a epistemologia e a psicologia, a saber, a teoria dos três gêneros de conhecimento (a imaginação, a razão e a intuição), e a teoria dos afetos, como o esforço (*conatus*) ou potência humana. Tomando como obras principais, a *Ética* e o *Tratado da Reforma da Inteligência*, buscamos explicitar, com o apoio de estudiosos spinozanos que trabalham a educação em Spinoza, desde os primeiros (Rabenort e Ravà) aos mais recentes (Juliana Merçon), a educação como uma possibilidade ético-afetiva de ensino a partir da filosofia prática de Spinoza. Ou seja, a educação como fomentadora de potências alegres, de encontros alegres que possibilitem para os educandos um agir e um pensar mais ativos, mais livres e isso inclui o direito de pensar criticamente a realidade na medida em que deve ser respeitada as singularidades

¹⁷ Para um estudo sobre a educação libertária em Spinoza cf. BONADIA, F. O. O espinosismo é uma forma de educação libertária? In: *Educação e Pesquisa*. São Paulo, v.45, 2019, pp. 1-17. Poderíamos falar também, analogamente, de uma educação libertadora considerando a preocupação, a partir do pensamento de Spinoza, com a autonomia pedagógica frente ao autoritarismo das educações tradicionais e com a liberdade civil ante as dominações de um governo tirano, caso do monárquico ou teocrático.

dos indivíduos, bem como, conscientizando-os também da necessidade da coletividade dessas potências (*conatus*). Assim, compreendemos ao longo da pesquisa, que a educação pode ser inferida na obra spinozana, mesmo com todas as dificuldades de interpretação e sistematização (tarefa esta que deve nos caber enquanto leitores e pesquisadores de Spinoza). No primeiro momento da nossa exposição, mostramos como o conhecimento em Spinoza, bem como, os processos constantes de aprendizagem humana, pois uma vez que nascemos com um conhecimento mais “inferior” ou cujo grau é menor (a imaginação, primeiro gênero de conhecimento), isso não nos impossibilita para o esforço em conhecer mais adequadamente (como é o caso do segundo e terceiro gênero de conhecimento, a saber, a razão e a intuição). No entanto, considerados variações de uma mesma atividade do indivíduo, os gêneros de conhecimento não apresentam uma ascese, do mais inferior ao superior no sentido de um saber ascético e perfeito, mas sempre um processo de construção e desconstrução daquilo que conhecemos.

No segundo momento, tratamos a problemática dos afetos e da potência (*conatus*), ou seja, o esforço ou a potência do ser de perseverar na existência, presentes na Parte III da *Ética*. Por fim, e como consequência da teoria afetiva, a reflexão sobre uma educação spinozana a partir da teoria dos afetos ativos, ou seja, uma educação conforme afetos alegres (como o amor e a alegria) que proporcionam um aumento da potência humana e, conseqüentemente, a liberdade de conhecer, pensar e agir. Assim, ao defendermos uma educação movida por afetos ativos (que aumentam nossa potência), somos contrários a uma forma de ensino tradicional movida por afetos passivos (que diminuem nossa potência), nos levando à imaginação e à submissão e comprometendo o conhecimento, o pensamento livre e a ação autônoma. A educação afetiva spinozana é a expressão do *conatus* de um ou mais indivíduos, ou seja, a potência da multidão que tem um esforço maior para a produção de afetos alegres, garantindo sua existência e seu conhecimento não só voltado para a razão, mas também para o social. Assim, não apenas a ética, mas também o social e a política¹⁸ (para

¹⁸ Assim, embora este estudo tenha se delimitado à problemática da educação a partir da ética spinozana, fica em aberto como nova proposta de pesquisa o desdobramento dessa questão da educação no pensamento político de Spinoza, em obras como o *Tratado Teológico-Político* (1670) e o *Tratado Político* (1677). Além disso, discutir numa proposta futura, a necessidade de pensar uma educação afetiva spinozana frente às atuais crises na educação contemporânea tais como acontecem, por exemplo, no Brasil.

Spinoza, campo das paixões ou afetos) nos levam a pensar a educação como esforço afetivo coletivo para o bem comum, ao atuar na organização de encontros visando à concórdia, à ajuda mútua e às regras para um viver em comum.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABREU, L. M. de. O lugar da Pedagogia em Spinoza. In: *Filosofia e Educação*. Uberlândia-MG, v.5, n.1, abril, 2013, pp.8-24.

BONADIA, F. O. O espinosismo é uma forma de educação libertária? In: *Educação e Pesquisa*. São Paulo, v.45, 2019, pp. 1-17.

GOMES, C. W. B. O Ensino ético dos afetos em Benedictus de Spinoza. In: *Revista Ideação*, Bahia, n. 35, Jan./ Jun. 2017, pp. 449-480.

MERÇON, J. *Aprendizado ético-afetivo: uma leitura spinozana da educação*. Campinas-SP: Editora Alínea, 2009.

_____. O desejo como essência da educação. In: *Filosofia e Educação*. Uberlândia-MG, v.5, n.1, abril, 2013, pp.25-51.

RABENORT, W. L. *Spinoza como Educador*. Tradução do Coletivo GT Benedictus de Spinoza. Fortaleza: EdUECE, 2018. (Col. *Argentum Nostrum*).

RAVÀ, A. A Pedagogia de Espinosa. Tradução de Fernando Bonadia de Oliveira, Emanuel Angelo da Rocha Fragoso, Homero Santiago e Kácia Natália de Barros. In: *Filosofia e Educação*. Campinas, v.5, n.1, abril, 2013, pp. 261-276.

SPINOZA, B. *Breve Tratado*. Tradução, introdução e notas: Emanuel Angelo da Rocha Fragoso e Luis César Guimarães Oliva. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. (Coleção Filo/Espinosa).

_____. Correspondência Completa e Vida. In: *Obra Completa II*. Tradução de J. Guinsburg, Newton Cunha e Roberto Romano. São Paulo: Perspectiva, 2014.

_____. *Ética*. Edição bilíngue Latim-Português. Tradução: Grupo de Estudos Espinosanos. Coordenação: Marilena Chauí. São Paulo: Edusp, 2015.

_____. *Tratado da Reforma da Inteligência*. Tradução, introdução e notas: Lívio Teixeira. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

TEIXEIRA, L. *A doutrina dos modos de percepção e o conceito de abstração na filosofia de Espinosa*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.